



Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



Foi juntado aos autos do processo legislativo o relatório de impacto orçamentário e financeiro e a declaração do ordenador de despesas da adequação orçamentária, nos termos dos arts. 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (fls. 8 a 10 e 26).

De posse do processo legislativo, e, de acordo com as competências regimentais da comissão previstas no art. 80 do Regimento Interno, passo a exarar o parecer técnico pelos fundamentos que seguem abaixo.

II – DOS PRESSUPOSTOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

Trata-se de concessão de abono pecuniário aos servidores da Câmara Municipal, em caráter excepcional, não se incorporando aos vencimentos, que será pago juntamente com o pagamento da folha do mês de dezembro.

Para fins de concessão de abono para incentivo ao servidor, devem ser observados os limites previstos no art. 29-A da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000, para fins de apuração de limite de gastos com pessoal.

Em obediência aos limites do art. 29-A da CF de 88 e das normas infraconstitucionais com previsões orçamentárias, encontra-se acostado aos autos do presente processo legislativo o demonstrativo ou relatório de impacto orçamentário e financeiro elaborado pelo Departamento competente da Câmara Municipal.

A matéria está de acordo com o que determina os arts. 16, 17 e 18 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), considerando ainda que não se trata de geração de despesas de caráter continuado.

Conforme consta do relatório ou demonstrativo orçamentário e financeiro, há a previsão de dotação orçamentária suficiente para fazer face às despesas ocasionadas com a presente norma.

A proposição já fora objeto de análise da comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, tendo recebido o devido parecer técnico, opinando pela constitucionalidade e legalidade da proposição.

Reproduzimos abaixo parte do texto da mensagem da proposição, como fundamento de sua tramitação:

“O presente Projeto de Lei em anexo, concede de forma excepcional abono pecuniário aos servidores ativos da Câmara Municipal de Nova Venécia/ES no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais).







Câmara Municipal de Nova Venécia
Estado do Espírito Santo



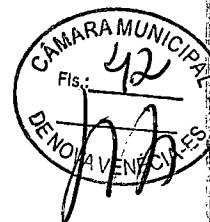
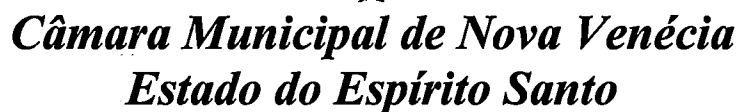
Câmara Municipal de Nova Venécia, Estado do Espírito Santo, em 12 de novembro de 2025;
71º de Emancipação Política; 18ª Legislatura.


JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS

RELATOR – Presidente da CPO

Vereador pelo PRD



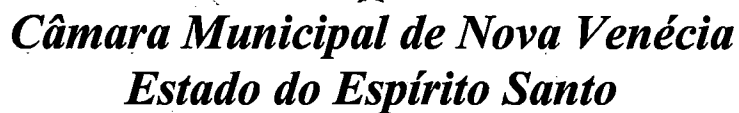


PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 94/2025

PROJETO:	PROJETO DE LEI Nº 94/2025: que concede abono pecuniário aos servidores do Poder Legislativo Municipal em caráter excepcional.
INICIATIVA:	Mesa Diretora.
RELATOR:	Vereador João Júnior Vieira dos Santos (PRD).

APROVADO o parecer do relator na Reunião Ordinária 12 de novembro de 2025, o que, de acordo com o art. 73, caput, do Regimento Interno, prevalece como o PARECER desta Comissão Permanente.

É o PARECER DA COMISSÃO Permanente de Finanças e Orçamento (CFO) pela APROVAÇÃO do PROJETO DE LEI Nº 94/2025.



JOÃO JÚNIOR VIEIRA DOS SANTOS)
Presidente da CFO - Relator
Vereador pelo PRD

SAULO DE SOUZA RIBEIRO
Vice-Presidente da CFO
Vereador pelo PL